

ASSENTAMENTOS DE SUBMORADIAS, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E CONDIÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS – ESTUDO DE CASO NO ALTO SANTO ANTÔNIO ^[1]

Nathan Belcavello de Oliveira – UFJF – belcavello@hotmail.com
Telma Souza Chaves – UFJF – telmaschaves@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar o surgimento de assentamentos de submoradias, como reflexo da segregação sócio-espacial e seus aspectos sócio-ambientais na cidade de Juiz de Fora, localizada no Estado de Minas Gerais, buscando assim, um estudo sobre estes fenômenos em uma cidade média.

Os assentamentos de submoradias são característicos das zonas periféricas metropolitanas no Brasil, mas o crescimento destes segmentos de moradias precárias já começa a afligir as cidades médias brasileiras. São estas que na atualidade do crescimento demográfico urbano brasileiro vêm apresentando destaque, principalmente ligado ao acréscimo migratório, devido aos investimentos industriais, sobretudo nas que se constituem pólos regionais. Contudo, este crescimento segue o padrão de desigualdade na distribuição da riqueza e nas oportunidades de estudo, trabalho e moradia da sociedade brasileira. Isto se reflete negativamente, por sua vez, sobre as condições das populações menos favorecidas no espaço urbano, principalmente relacionado à moradia, comprometendo, conseqüentemente, a organização interna da cidade. Ou seja, o surgimento dos assentamentos de submoradias nas cidades médias se possibilita pela atenuação de várias condicionantes econômicas, demográficas, sociais e culturais e pelo fenômeno de desmetropolização da urbanização brasileira. E as cidades médias vêm crescendo sem qualquer preocupação com sua organização interna, o que pode acarretar em outras tantas metrópoles e/ou cidades de grande porte com problemas de infra-estrutura e profundas desigualdades sociais.

Desta forma e objetivando o conhecimento da dinâmica intra-urbana de uma cidade média é que propomos a realização deste trabalho, para que possa ser feito um planejamento que, no mínimo, amenize algumas das conseqüências desastrosas das desigualdades sociais na distribuição da infra-estrutura verificadas na contemporaneidade das grandes cidades e metrópoles brasileiras.

Como não existem informações satisfatórias sobre a cidade como um todo; e como seria impossível, dentro de um período de tempo menor e com poucos recursos, realizar uma pesquisa que abrangesse toda a cidade, decidimos escolher uma área para um estudo de caso. O local, denominado Alto Santo Antônio foi escolhido a partir de aspectos que, no desenrolar deste trabalho, serão apresentados.

Elaboramos um questionário para aplicação junto às famílias. Este questionário levanta duas características básicas sobre as famílias e o local em que habitam. Na primeira característica são levantados dados sobre o tipo de moradia, sua situação jurídica e sobre infra-estrutura existente – abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, etc. Na segunda são levantados dados sobre a composição da família, o grau de instrução dos indivíduos, idades, locais de nascimento, renda familiar, e busca por bens e serviços – onde compram mantimentos, onde procuram atendimento hospitalar, etc.

Para apresentarmos nosso trabalho, dividimos este texto em três partes. A primeira apresenta dados sobre o Brasil e conceitos relacionados à distribuição de renda, à segregação sócio-espacial e aos assentamentos subnormais. Em seguida apresentamos dados sobre Juiz de Fora – MG e sobre nosso estudo de caso na cidade – a aglomeração de submoradias denominada Alto Santo Antônio. Por fim apresentamos algumas considerações finais.

1. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E ASSETAMENTOS DE SUBMORADIAS NO BRASIL

O fenômeno da concentração de renda do Brasil mostra uma incrível e perversa estabilidade, ao longo do tempo, mesmo quando a economia cresce, a distribuição de renda não melhora.

De acordo com os dados divulgados pelo IPEA (1999) nas duas últimas décadas a distribuição de renda permanece inalterada no país, ou seja, os 10% mais ricos da população concentram em suas mãos 50% da riqueza do país. Enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 14%,

aproximadamente, o que ganha, sozinho, 1% dos mais ricos do país. Outros vetores amplificam este processo de desigualdade e pobreza, como o padrão de acumulação historicamente centrado no arrocho salarial; desemprego e precariedade das relações de trabalho; estrutura tributária regressiva; redirecionamento do gasto público e os desníveis educacionais.

Dentro desta perspectiva, de empobrecimento da população brasileira, ocorre uma intensa ocupação desordenada e segregada do espaço urbano nas cidades brasileiras. Em grande maioria esta ocupação é impulsionada pelo aumento do fluxo migratório de trabalhadores do setor agrário para o urbano e também pela diminuição do poder aquisitivo das famílias para a compra e locação de imóveis. A questão de acesso à moradia digna, hoje, é um dos maiores problemas enfrentados pelas esferas de governo no Brasil. Atualmente as cidades brasileiras, em seu modelo urbanístico, não estão preparadas para absorver um grande contingente de moradores recém implantados numa nova ordem de exclusão social.

A ocupação desordenada aliada à falta de planejamento urbano e a uma política voltada somente ao crescimento econômico contribui para o surgimento de várias problemáticas urbanas.

“Não há uma relação automática entre o crescimento da população, urbanização e a pobreza, foram as políticas subjacentes ao modelo econômico-social que levaram ao aumento da pobreza e esta habita, principalmente, as periferias das áreas urbanas” (SANTOS, 2000: 44).

Dentre as problemáticas urbanas, colocaríamos a mais perversa e que pode ser facilmente detectada nas cidades através da simples visualização de sua paisagem: a segregação sócio-espacial. Esta seria a expressão espacial das classes sociais, o reflexo sobre o espaço urbano das desigualdades existentes entre as relações sociais; um processo de aglutinação em áreas com uma homogeneidade social interna e diferenças entre elas marcantes (CASTÉLLS, 1983). Segundo CORRÊA (1999), em menção feita a HARVEY, esta diferenciação residencial – a segregação sócio-espacial – deve ser vista como parte das relações sociais dentro da sociedade capitalista. Também é uma expressão da lógica de mercado que segmenta o solo urbano a fim de se garantirem os lucros presentes e futuros sobre a dinâmica imobiliária (ABRAMO, 2000). Tomando essa segregação sócio-espacial a partir das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira, mostra-se a face espacial da luta pela sobrevivência da família, marcada pela necessidade social de “defesa” contra os que não comungam das mesmas condições financeiras privilegiadas, ou de aglomeração, em um mesmo lugar propício à solidariedade, daquelas que não têm como buscar melhores condições de vida individualmente. Sua materialização se daria, dentro dessa ótica, através dos assentamentos de submoradias.

Conforme divulgado pelo IPEA (1999), entre 1995 e 1999 foram construídas no Brasil 4,4 milhões de moradias das quais apenas 1,2 milhão, aproximadamente, dentro do mercado formal. Isso significa que mais de 3 milhões de domicílios foram construídos em terras invadidas ou inadequadas. Observa-se também que grande parte destes domicílios é precária e não oferecem quaisquer tipos de conforto e qualidade de vida.

Estes locais de moradias totalmente precários são denominados como assentamentos de submoradias. São locais de moradia dos segmentos populacionais menos favorecidos, onde os domicílios são feitos através da autoconstrução^[2] e sem atendimento de serviços essenciais de infra-estrutura urbana. Pela classificação do IBGE os locais constituídos de 51 ou mais submoradias são denominados Aglomerações Subnormais – favelas ou similares. Os locais com menos de 51 são denominados quetos ou redutos de população de baixa renda.

Em sua maioria as submoradias se localizam em assentamentos irregulares – invasões – que se caracterizam pela ocupação espontânea em terrenos de propriedade alheia – áreas públicas ou privadas – dispostas, em geral, de forma desordenada e densa e, conseqüentemente, podem estar em áreas de riscos – ocupação de encostas íngremes, beira de córregos, etc. Os assentamentos de submoradias também são áreas carentes de infra-estrutura urbana e serviços essenciais públicos – rede de esgoto, iluminação pública, calçamento, coleta de lixo, transporte, segurança, entre outros.

2. ASSENTAMENTOS DE SUBMORADIAS EM JUIZ DE FORA – MG E O ESTUDO DE CASO NO ALTO SANTO ANTÔNIO

Juiz de Fora, cidade pólo da Zona da Mata Mineira, possui 456.796 habitantes residentes (IBGE, 2003). Como boa parte dos municípios brasileiros de porte médio, Juiz de Fora experimentou um crescimento populacional de destaque, sobretudo no desenrolar das duas últimas décadas. Este crescimento se deve em grande parte ao saldo positivo de migração, que já historicamente contribui

para o crescimento demográfico da cidade como nos apresenta MACHADO (1997) em trabalho feito sobre o município. Este autor apresenta uma série de análises apontando a importância dos imigrantes no incremento demográfico, principalmente devido à atratividade que o município exerce na região, uma vez que, entre os imigrantes, cerca de 88% são provenientes do sudeste mineiro e de áreas fluminenses próximas à divisa do Estado, fortemente polarizada pela cidade. Este contingente populacional busca em Juiz de Fora uma solução para melhoria de qualidade de vida, conseqüentemente boa parte destes imigrantes não conseguem se estabelecer financeiramente, constituindo uma das causas principais para o aumento do número de submoradias em Juiz de Fora.

Entretanto, os índices relativamente baixos de renda dos chefes de família; o elevado custo de vida em relação a crescente desvalorização da moeda nacional; a valorização de espaços urbanos centrais e suburbanos contribuindo para o aumento da tarifa de aluguel, entre outros, são também condicionantes que podem ser citadas explicar o aumento do número de submoradias. Estes fatores estão sendo essenciais para exacerbação da carência da população, constituindo um déficit habitacional elevado na cidade.

Em Juiz de Fora está sendo comum o processo de deslocamento de famílias, que tinham como locais de moradia bairros urbanizados, para locais de ocupação em áreas em desuso, particulares e públicas, formando assentamentos de submoradias. Atualmente são cerca de 90 assentamentos de submoradias na cidade – muito dos quais aglomerações de submoradias – distribuídos na periferia. Como conseqüências da origem e formação dos assentamentos de submoradias estão os problemas ambientais decorridos da falta da infra-estrutura urbana básica. Enquanto alguns dos impactos sócio-ambientais podem afetar todas as classes sociais de uma determinada região – por exemplo, poluição industrial – outros afetam mais diretamente a população pobre, como os problemas de falta de água própria para consumo, de esgotamento sanitário e coleta de lixo, os quais, por sua vez, geram vários problemas de saúde.

Para melhor vislumbrarmos o que foi dito acima, passemos ao estudo de caso.

O Alto Santo Antônio

O Alto Santo Antônio se localiza em uma área no cume de um morro no bairro Santo Antônio, na Região de Planejamento^[3] de Lourdes. A primeira tentativa de ocupação do local ocorreu há 15 anos, mas quase todas as famílias foram retiradas. Há 10 anos, porém, ouve uma nova invasão que logrou algum êxito.

FOTO 1 – Aspecto do alto Santo Antônio



A princípio se tratava de 472 famílias que se organizaram e conseguiram obter auxílio de um vereador para negociação junto ao dono do terreno. Foi criada uma cooperativa – Cooperativa Habitacional Morada Nova – que cadastrou as famílias e negociou a compra do terreno invadido. A área foi comprada através da cooperativa por oitenta mil reais com financiamento da prefeitura. Foi

estabelecido que as famílias dariam uma entrada de cem reais e mais trinta prestações mensais de trinta reais, totalizando para cada família a quantia de mil reais pelos terrenos já divididos. Todavia, a inadimplência dos moradores sobre as prestações da compra do terreno chega a 70% dos originalmente cadastrados, pois com o passar do tempo algumas famílias saíram do local e outras tantas se somaram, de tal forma que, atualmente a cooperativa não tem uma noção certa de quantas famílias ainda moram no local.

Foi fundada também uma associação de moradores a Associação Comunitária do Alto Santo Antônio – ACOASA – para auxiliar a população no relacionamento com os órgãos municipais.

Segundo nossa pesquisa, atualmente habitam a área 111 famílias em condições precárias de infraestrutura. Mais da metade das habitações e terrenos estão vagos; abandonados ou, simplesmente, aguardando a melhoria das condições de infra-estrutura local para que sejam ocupados e/ou

vendidos^[4]. Do número total de submoradias habitadas, 86,96% são de alvenaria, sendo o restante construído de madeira e/ou algum outro tipo de material aproveitado. Esse dado reflete muito mais o tempo de ocupação do Alto Santo Antônio, do que uma condição positiva de moradia, pois praticamente todas essas submoradias de alvenaria são de tijolos aparentes.

O abastecimento de água é feito através de caminhão pipa que abastece uma caixa d'água principal no cume do morro. Esta caixa d'água é ligada às submoradias através de canos de PVC. Ao todo, 94,20% das famílias são abastecidas dessa maneira. Contudo, foram muitas as reclamações de falta de água que ouvimos durante a aplicação do questionário. O restante utiliza água proveniente da rede pública – 1,45% – e de uma nascente existente no local – 4,35%.

Um dado que nos alarmou foi sobre o escoamento sanitário; 97,10% das famílias declararam escoar seu esgoto para fossas rudimentares. Isso compromete seriamente o lençol freático e o consumo da água proveniente da nascente existente no Alto Santo Antônio, além de ser fator de risco a escorregamento da encosta do morro, dado que no local existe um afloramento rochoso e boa parte das submoradias se encontra em terreno com solo de pouca espessura. Somente 1,45% das submoradias possuem ligação com a rede pública de esgoto; mesmo assim essas estão localizadas em lugares com menor risco a escorregamento.

Sobre a iluminação, o local não possui qualquer tipo de iluminação pública. Das famílias que ali habitam, 69,57% utilizam relógio comunitário, dividindo a conta com moradores de casas localizadas

no bairro Santo Antônio^[5]. Somente 8,70% possuem relógio de energia próprio e o restante – 21,74% – não possuem acesso à energia elétrica utilizando lampião e/ou vela para iluminação.

Contudo, com respeito à coleta de lixo, a comunidade é bem atendida; 92,75% das famílias têm seu lixo recolhido pelo serviço de limpeza urbana municipal. O restante – 7,25% – queima ou joga a céu aberto seu lixo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação às políticas públicas direcionadas para a parcela da população que vive nessas áreas, vale destacar que a ação pública nas submoradias, nas últimas décadas, se caracterizou não só pela insuficiência de investimentos em serviços de infra-estrutura urbana, como também por limitações legais, restringindo a atuação governamental. Muitas vezes, essas limitações legais geraram controvérsias sobre a provisão de serviços e infra-estrutura a essas áreas e sobre a possibilidade de garantir posse ou propriedade de áreas invadidas e ocupadas por submoradias. Isso, muitas vezes, implicou o agravamento das condições ambientais em algumas áreas das regiões periféricas de Juiz de Fora, como no estudo de caso que apresentamos.

No caso da política urbana, isso implica avaliar a gestão e o planejamento urbano nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso do solo, à habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos com vistas à contenção da deterioração social e física do meio urbano.

“A amenização dos problemas urbanos brasileiros passa pelo reconhecimento de que a política urbana deve ser vista numa perspectiva intersetorial, com inserção no contexto macroeconômico e social, tendo em vista melhor aplicação dos investimentos urbanos, a ampliação da equidade social, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população” (MOTTA, MUELLER et TORRES, 1997: 40).

Pode-se concluir, portanto, que os problemas sócio-ambientais têm forte relação com a pobreza da população nos assentamentos de submoradias. Tanto essa parte da população tem menos acesso a serviços de infraestrutura básica, como é a maior vítima, posto que as condições de renda e as

políticas inadequadas não permitem que a população tome atitudes defensivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. et FARIA, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, v.1, p. 421-456, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.
- ANDRADE, T. et SERRA, R. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Textos para discussão do IPEA. N. 554, 1998.
- CASTELLS, M. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. 4ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FANI, A. C. A cidade. 2a ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MACHADO, P. J. de O. Juiz de Fora: polarização e movimentos migratórios. Revista Geosul. Florianópolis, n. 23, v. 12, p. 121-137, jan/jun, 1997.
- MAGALHÃES, D. J. A. V. de et CARVALHO, J. A. M. de. Determinantes da duração do tempo de residência em domicílios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Ouro Preto, v.1, p. 1-27, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>> Acesso em: 10 ago. 2003.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Texto para discussão do IPEA. N. 329, 1994.
- MOTTA, D. M.; MUELLER, C. C. et TORRES, M. O. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. Texto para discussão do IPEA. N. 530, 1997.
- RODRIGUES, A. M. Moradia nas cidades brasileiras. 7ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- SANTOS, M. Problemas chegam às cidades médias. Texto Gazeta Mercantil. São Paulo, 2000.
- SOUZA, M. L. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. 2a ed. São Paulo: Ática, 1996.
- VASCONCELOS, J. R. et CÂNDIDO, J. O. O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas. Texto para discussão do IPEA N. 410, 1999.

[1] Trabalho de iniciação científica

[2] Empreendimentos de longa duração que, normalmente, são feitos em etapas, segundo a disponibilização de recursos financeiros na renda familiar que permitam a compra ou o financiamento dos materiais de construção, realizando-se nos momentos de folga do trabalho – finais de semana, feriados e férias – pela família, muitas vezes com ajuda de parentes e contando com a solidariedade de moradores próximos que também fazem uso de tal maneira de construção (RODRIGUES, 1997).

[3] Unidade de planejamento da prefeitura, que agrupa bairros com características sócio-econômicas homogêneas e contínuas, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU.

[4] Podemos perceber aqui a questão da especulação imobiliária informal.

[5] Aqui denunciamos uma prática dolosa aos moradores do Alto Santo Antônio. Já não fosse bastante estas famílias não terem condições adequadas de moradia, ainda são lesadas por aqueles que “dividem” a energia elétrica, pois cobram valores absurdos para que continuem fornecendo energia elétrica aos que habitam o Alto Santo Antônio.